

Entrevista à Professora Maria Helena Mateus

A Doutora Maria Helena Mira Mateus é Professora Catedrática Jubilada da Universidade de Lisboa, em cuja Faculdade de Letras ensinou desde 1965. Foi a principal responsável pelo início do estudo da língua portuguesa no enquadramento teórico da Linguística Generativa de Chomsky. Entre outros cargos, presidiu à Associação Portuguesa de Linguística (APL). É autora de inúmeros de livros e artigos nas áreas da fonologia e morfologia do português. A sua



enorme relevância no estudo da língua portuguesa foi motivo para a presente entrevista da revista *eling*^{UP}, cuja gravação teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Porto, no dia 7 de junho de 2017. Durante a entrevista, tratámos primeiramente de aspetos biográficos da Professora, seguindo-se algumas questões acerca de alguns problemas fonológicos que despertaram em nós uma especial curiosidade e, por fim, procurámos que a entrevistada nos desse a sua opinião sobre algumas questões da atualidade da Linguística em Portugal, bem como perspectivas de futura investigação. Esperamos que o resultado final agrade e interesse a estudantes, investigadores e ao público em geral. Para nós, entrevistadores, foi uma oportunidade marcante de crescimento pessoal e científico. Por isso, e pela disponibilidade e simpatia, agradecemos à Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus.

Violeta: Ficámos a saber há pouco tempo que a Senhora Professora tem andado ocupada com a redação das suas Memórias. Uma notícia que é, naturalmente, entusiasmante para qualquer estudante ou apenas interessado pela Linguística e pela língua portuguesa. Como tem sido essa experiência de rememoração de uma vida tão profissionalmente preenchida e rica como a da Professora?

Maria Helena Mateus: Estou muito entusiasmada, sobretudo em relação à primeira parte: a infância, a adolescência, a entrada na faculdade em 1949, o casamento, o nascimento dos meus seis filhos. Eu frequentei um colégio de freiras, onde fui “endoutrinada”, tendo ido depois para a faculdade. Era uma menina daquele tempo: bem-comportada, católica, mais

tarde católica progressista – e isso já era um progresso! Foi no tempo em que ensinava na faculdade (a partir de 1965) que “encontrei” a Linguística Generativa e fiquei apaixonada. Mais tarde, com os meus alunos, percorri um longo caminho. O entusiasmo era tão grande! E depois veio o 25 de Abril!

Carlos: Uma das perguntas era precisamente sobre isso, sobre o que a atraiu para a área das Ciências da Linguagem em Portugal, porque a análise linguística cá, sobretudo numa perspetiva sincrónica, como a Senhora Professora lembra no seu artigo “Ciência da Linguagem em Portugal”, à parte alguns trabalhos, como o de Gonçalo Viana e outros estudiosos do final do século XIX e início do XX, não tinha grande tradição nem dimensão no nosso país, na sua juventude. Assim sendo, poderia dizer-nos o que a atraiu para esta área no início da sua carreira académica?

Maria Helena Mateus: Eu fiz o curso de Filologia Românica entre 1949 e 54, e tive um professor, o Professor Luís Filipe Lindley Cintra, por quem estávamos todas apaixonadas! Claro que não passava de uma paixão platónica (*risos*). Durante o curso criei um programa de rádio que se chamava “Leitura de Poesia”, emitido pela Rádio Universidade. Em cada programa, eu escolhia determinado poeta e pedia a colaboração de uma pessoa que tivesse trabalhado sobre ele. O programa era apresentado por mim e pelo meu convidado. O que eu queria era ter a oportunidade de dar a conhecer poetas contemporâneos de língua portuguesa, isso era uma das coisas que gostava de fazer. Um dia, escolhi falar de Sebastião da Gama e convidei o Professor Lindley Cintra para colaborar no programa dado o seu profundo conhecimento e admiração pelo poeta. Foi durante essa conversa com o Cintra que ele me passou a sua paixão pela literatura e pela poesia portuguesa, mas também o interesse pelo estudo da língua. Lembro-me do tempo em que ele era assistente do Vitorino Nemésio (ainda assistente, apesar de já ter o doutoramento feito em 1954, vinte anos antes do meu). A disciplina – Filologia Portuguesa – era lecionada pelo Professor Nemésio, que chegava à sala, falava do que lhe dava prazer, dizia coisas muito interessantes e nós gostávamos de o ouvir, mas não aprendíamos nada! Vinha depois o assistente, que nos ensinava as assimilações, as dissimilações, todos os fenómenos fonéticos, os étimos, o percurso na história da língua, enfim, os temas que constituíam o objeto de estudo da língua nessa altura. As licenciaturas terminavam com uma tese (e assim foi até 74), a minha foi sobre “A Linguagem Popular de Lisboa”. A realização da tese teve para mim muita importância, não só porque aprendi a fazer investigação, mas também porque, para recolher dados, tive que percorrer Lisboa e então conheci um pouco a forma de viver no

meio da pobreza. Nessa altura, nem os acessos à ponte Duarte Pacheco tinham sido construídos! Aquilo eram furnas, buracos onde as pessoas viviam em conjunto e em famílias. Até cheguei a “ganhar” um afilhado porque eu ia lá muitas vezes conversar com os habitantes para tomar nota de características do seu modo de usar a língua. Observava aspetos semânticos, lexicais, fenómenos fonéticos ou morfológicos e palavras transformadas. Ainda tenho um exemplar dessa tese, que olho com carinho.

Quando acabei o curso, casei, tive seis filhos e, portanto, precisava de encontrar um trabalho que me interessasse e concorresse para o salário familiar. Como licenciada em Românicas, o meu destino profissional era o de professora de português e francês no ensino liceal, mas não podia ser professora definitiva sem ter feito um estágio de dois anos (sem remuneração). Concorri para estagiária, entrei no estágio, a minha metodóloga de francês era a Professora Maria Emília Marques e, na turma do liceu Pedro Nunes que nos cabia em sorte, era nosso aluno o Marcelo Rebelo de Sousa. No final do estágio, em 1960, decidi procurar um trabalho de investigação que me agradasse e me permitisse esperar o convite que eu desejava receber para ensinar na Faculdade de Letras. Procurei o Professor Cintra, que me sugeriu a realização de uma edição crítica d'*As Novelas do Minho*, de Camilo Castelo Branco. Aceitei a proposta com grande entusiasmo e tirei benefício, pois aprendi o que significava preparar uma edição crítica. Quando a terminei, em 1961, recorri novamente ao Professor Cintra, que me deu a conhecer a existência, no Escorial, de um manuscrito inédito em português do século XV, de cuja edição crítica eu podia incumbir-me. A obra era *A Vida e Feitos de Júlio César*, uma tradução portuguesa de uma antologia francesa do século XIII constituída pelos textos latinos que relatavam a vida de César. Aceitei a sugestão e andei vários anos apaixonada (e ainda estou) por aquele homem extraordinário, Júlio César, e pelo seu papel na história da humanidade.

Entretanto chegou 1965 e fui convidada por Luís Cintra para trabalhar na Faculdade de Letras. Desde o início me orientei para a análise da língua. Nessa ocasião, os meus fundamentos no ensino e na investigação do português eram estudos da gramática tradicional e uma tendência para a visão estruturalista do funcionamento da língua. O que fazia nas aulas baseava-se na descrição da evolução dos sons do português através de sistemas estruturais: o sistema dos pronomes, o sistema das vogais e consoantes, o sistema verbal, etc. Também comecei a perceber que o Estruturalismo podia acabar em si próprio, sem possibilidade de sair do circuito que criava sobre si mesmo. Foi por essa altura que eu e os meus alunos mais interessados, tomando em consideração o que o Estruturalismo nos ensinava, procurámos ir mais além e integrar no âmbito da linguística preocupações

teóricas gerais. Foram essas preocupações que nos permitiram refletir sobre a língua e a linguagem, e sobre a relação do homem com a própria língua. Estudámos obras de ideólogos e filósofos como Humboldt, Saussure, Bloomfield e revisitámos conhecimentos adquiridos no ano anterior, na disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos. No ano 67/68 a turma de linguística integrava alunos com quem fiz o primeiro (e o principal) caminho até à Linguística Generativa. Criámos o Grupo de Estudos de Linguística Teórica (GELT) do qual faziam parte eu, o José Meireles, o Eduardo Paiva Raposo, a Isabel Faria e a Maria Emília Marques (de breve permanência no grupo). Lembro-me que o José Meireles, que tinha uma capacidade de raciocínio teórico excecional, entrou um dia na sala do GELT e disse “encontrei um livro que vai cupular as nossas buscas” – eram as *Estruturas Sintáticas* de Chomsky, de 1957, que nos chegava com dez anos de atraso. Estávamos no início de encontrar respostas às nossas questões sobre a constituição das gramáticas das línguas, sobre a relação entre o processamento mental e o funcionamento dos elementos gramaticais e sobre a independência da gramática. Pouco a pouco, fomos conhecendo outras propostas de Chomsky sobre a criação de uma teoria geral com a propriedade de *gerar* uma gramática e com poder explicativo e de avaliação que devia possibilitar a escolha da melhor gramática (só agora compreendo que teria sido possível criar uma proximidade de base teórica entre a teoria generativa e a teoria em que se fundamentava o trabalho realizado pelo Professor Óscar Lopes na *Gramática Simbólica do Português*).

Em 1970, num colóquio sobre “Epistemologia das Ciências do Homem” que teve lugar em Lisboa, apresentámos uma comunicação denominada *Teoria Linguística e Universais Linguísticos*. Ainda há pouco tempo um amigo me dizia que, nessa altura, tinha sido desafiado para assistir à apresentação da nossa comunicação, e que lhe tinham dito: “Vai haver uma apresentação sobre gramática à qual até já chamam “uma forma de epistemologia”, embora se trate de linguística. Vem ouvir porque isto é uma coisa diferente!”. Nesse mesmo ano, pedi uma bolsa à Gulbenkian e fui para Paris preparar a minha tese de doutoramento, que veio a constituir a primeira obra sobre o português com orientação generativa.

Violeta: Nós tínhamos perguntas mais específicas, mais dentro da área da fonologia. A primeira delas era a propósito da reformulação de pontos de vista que a Professora possa ter tido inicialmente. Por exemplo, quando a Senhora Professora se refere à representação teórica das vogais semiabertas e semifechadas em português, em alguns trabalhos a Senhora Professora defende que essa representação é pós-lexical e noutros já defende que é lexical.

Gostaríamos de saber que dados é que levaram a essa oscilação e, neste momento, qual é a posição que defende.

Maria Helena Mateus: A oscilação entre a aplicação da regra de Harmonização Vocálica sobre a vogal do radical parece resultar da classificação gramatical da palavra – nome ou verbo – que terá de ser especificada na representação subjacente da palavra.

A hipótese que proponho pode resumir-se da seguinte forma: na fonologia portuguesa existe uma relação morfofonológica entre as vogais baixas (ou abertas), médias (ou semiabertas) e altas (ou fechadas) do radical verbal e a vogal temática das conjugações em *-e-*, em *-i-* e em *-a-*. A teoria autosegmental em que eu trabalhava quando investiguei pela primeira vez esta particularidade do português permite tratar, autonomamente, os segmentos da representação lexical e os respetivos traços que também podem ser autónomos. Para explicar a Harmonização Vocálica, procurei responder à seguinte pergunta: como é que poderíamos marcar as vogais do radical em certas formas verbais de maneira a que elas se comportem como baixas nos verbos da primeira conjugação, como médias ou altas nas duas outras conjugações? Foi nessa ocasião que me servi do conceito de especificação que pertence às propriedades das representações lexicais subjacentes. Propus então que as representações lexicais integrem o traço da classe de palavras que estamos a analisar – verbos ou nomes – ou seja, a classe dos nomes e a dos verbos têm representações subjacentes diferentes no que respeita à especificação do traço de *altura* (a vogal do radical é completamente especificada na representação subjacente dos nomes e é subespecificada na representação dos verbos).

O artigo em que explico esta proposta está incluído no meu livro *A Língua Portuguesa: Teoria, Aplicação e Investigação* publicado pelas edições Colibri em 2014. Aí se encontram outros artigos que correspondem a resultados da investigação feita no decurso de vários anos, em questões de fonologia do português.

Carlos: Mas então, nesse caso, a Senhora Professora propõe que a distinção entre vogais semiabertas e semifechadas seja uma questão de harmonização vocálica? Ou seja, que estes dois graus de abertura sejam, fonemicamente, um só?

Maria Helena Mateus: Na conjugação, sim, é uma questão de harmonização vocálica, visto que a vogal do radical se harmoniza, no traço de altura, com a vogal temática.

A consideração de se tratar de um único segmento ou de mais do que um não me interessa muito. O que é importante para mim é a definição dos traços dos segmentos fonológicos na representação subjacente e dos acidentes de percurso até à sua realização

fonética. No nível subjacente, eles têm traços universais que os distinguem entre si e são sujeitos à aplicação de regras de funcionamento próprias de uma língua particular (neste caso, o português). Na minha hipótese, os segmentos da representação subjacente de uma forma verbal ou nominal são distintos no traço de altura: subespecificados, no que respeita à altura nas formas verbais, e especificados, nas formas nominais. Em princípio, portanto, os segmentos “têm em conta” a classe gramatical a que pertence a palavra. Eu gosto muito de dizer, brincando, a propósito da natureza hipotética de muitas propostas: “si non è vero, è bene trovato”.

Violeta: E agora, após cerca de 50 anos de Gramática Generativa, que caminhos é que a linguística deve tomar?

Maria Helena Mateus: Que caminhos é que a linguística deve tomar? Eu não sei que caminhos a linguística deve tomar, só posso dizer o que é que eu faria se voltasse ao início da minha vida profissional. E faria sem dúvida mais aplicação da teoria e das propostas teóricas. A teoria da gramática generativa que encontrei “no meio do caminho da minha vida” foi realmente para mim uma paixão. Quando construía uma hipótese para explicar uma questão de fonologia em certo enquadramento, sempre me sentia entusiasmada com a possibilidade de tratar a gramática integrada numa teoria geral formalizada, de conceber o uso da língua em interação com o processo cognitivo da linguagem e da sua dimensão universal. No que respeita à aplicação da teoria em aspetos concretos do uso e do ensino da língua – e sobretudo no que toca às ciências humanas – a universidade portuguesa está muito afastada da aplicação em dados da realidade.

Na linguística, como em qualquer ciência, não há certezas. Ontem¹, o Kleiber fez observações divertidas e disse-me que tinha acontecido uma coisa grave ao Chomsky, que ele tinha ficado completamente destruído... Mas porquê? Porque, no fundo, no fundo, no fundo, ele só encontrou a superfície (*risos*). Na realidade, todas as descobertas constituem aquilo que vamos fazendo e como vamos descobrindo o que procuramos. Por exemplo, o conceito de especificação para mim foi essencial para propor um caminho que permitisse explicar os dados de superfície da língua no que respeita à Harmonização Vocálica dos verbos em português. Eu continuo a achar que o modelo generativo nos permite ir muito longe, mas é imprescindível entrar no terreno da realidade para avaliar a adequação e os

¹ A entrevista à Professora Maria Helena Mateus teve lugar no último dia do *Colóquio Internacional de Homenagem ao Professor Óscar Lopes*. No dia anterior, a sessão plenária fora preenchida com a intervenção do Professor Georges Kleiber, após a qual ele e a Professora Maria Helena Mateus terão tido oportunidade de conversar.

resultados das hipóteses construídas e das propostas apresentadas. Não tenho dúvida de que muitos estudos têm sido realizados pelos jovens fonólogos com aplicação aos dados da língua portuguesa. Mas considero que muito mais se pode fazer com aplicação da teoria sobre dados reais. A propósito de aplicação e pensando na minha área de eleição, lembro-me que em 1977 frequentei o *Summer Institute* com uma bolsa da Fundação Fulbright. Nesse ano, o *Summer* funcionou na Universidade do Havai. Inscrevi-me num curso de fonética, as aulas eram na parte da manhã, de tarde tínhamos o laboratório de fonética à nossa disposição, quem quisesse podia ir para lá fazer audiogramas e espectrogramas. Na Faculdade de Letras, em Lisboa, nunca nos tinham dado uma oportunidade assim, para que nós experimentássemos as nossas “descobertas”. Posso dizer, pelo menos, que, na vossa geração, há muita coisa que podem explorar. Afirmo novamente que a aplicação da teoria é hoje, mais do que nunca, necessária. Por isso, é melhor que as pessoas que ainda estão ligadas à universidade façam realmente a aplicação do seu trabalho teórico para perceberem melhor como funcionam as hipóteses que formulam e a que resultados levam.

Violeta: Em relação ao estudo da linguística agora, no século XXI, nós temos uma pergunta especial para lhe fazer. Como estudantes de linguística, às vezes somos olhados com uma certa desconsideração por grande parte das pessoas com quem convivemos no nosso dia-a-dia, as quais nos perguntam: “Para que é que isso serve?” “Que futuro vais ter com isso?” Isso dever-se-á, em parte, a alguma desvalorização dos estudos das ciências humanas em Portugal, que se reflete no desinteresse pela língua portuguesa. Tendo em conta os anos de experiência que a Senhora Professora tem nesta área científica, e como apaixonados que somos por esta área, gostaríamos de saber como vê o futuro da linguística?

Maria Helena Mateus: Quando as pessoas sabem que eu sou linguista, mas não conhecem o que é que isso quer dizer, fazem-me geralmente três perguntas. Uma é: “Quem é que fala bem e onde é que se fala bem?”. E a mim só me apetece bater-lhes (*risos*). A segunda pergunta é: “De onde é que veio esta palavra?”. Eu respondo: “Eu não sou nenhum dicionário ambulante, veja um dicionário etimológico.” A terceira é: “Como é que se escreve essa palavra?”. São três perguntas matadoras, são péssimas para a linguística porque restringem e manipulam o seu campo de ação. Hoje, o Professor Rodolfo Ilari²

² Rodolfo Ilari foi um dos fundadores do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas, no qual trabalhou até 2007. Enquanto investigador e linguista, trabalhou essencialmente nas seguintes áreas: linguística românica, semântica, pragmática e ensino da língua materna. Publicou vários livros destinados ao ensino da linguística. Entre os anos 2009 e 2013, foi editor da Revista da ABRALIN. Foi o

falou sobre o livro que o Oswald Ducrot escreveu (conhecido pela expressão: *On dit, on ne dit pas*) e disse que não é isto que se quer das análises da língua, que a língua é muito mais do que algumas perguntas que nos são feitas. Os conceitos de “onde” e “como” se fala melhor uma língua representam quase sempre preconceitos de classe, preconceitos sociolinguísticos. Quando eu comecei a estudar na faculdade, os dialetos eram, para nós “a fala dos pobrezinhos do interior do país”. E depois, quando aprendemos em linguística que um dialeto é simplesmente a marca linguística da região a que pertencemos, e que todas as marcas têm o mesmo estatuto, percebemos que os dialetos são o que caracteriza a nossa forma de falar com origem em diferentes regiões. Essa consciência da nossa identificação pela fala foi benéfica em muitos aspetos e também impulsionou com vantagem o atual estudo dos crioulos. Em Cabo Verde, por exemplo, o *crioulo* desenvolveu-se pelo facto de se tratar de ilhas desertas que foram povoadas pelos escravos que os portugueses traziam da costa ocidental da África. Para falarem com os portugueses e para se entenderem entre si, criaram, a pouco e pouco, formas de comunicação que têm palavras, expressões, construções sintáticas que provinham de línguas diferentes – as suas línguas nativas – e têm uma base da língua do descobridor (base portuguesa, espanhola, francesa...). Uma das características dos crioulos é a de se terem desenvolvido na época dos descobrimentos e, diversamente do *pidgin*, serem transmitidas como línguas de geração em geração.

Quando falamos com alguém que não está por dentro das questões discutidas pelos linguistas é que percebemos o quanto a língua é utilizada para veicular sentimentos de classe. Nos países considerados desenvolvidos, a escolarização é da maior importância e, quando alguém fala ou escreve, denuncia o seu nível de escolarização. Mas não podemos confundir as duas coisas: a “escolarização” tem uma função concreta de inserir a pessoa num determinado lugar social, a “língua” que todos usamos está relacionada com a expressão de necessidades ou sentimentos e é património de todos os que a falam.

Carlos: Mas não quer dizer que as pessoas aceitem sempre o raciocínio que nós estamos a propor. A Senhora Professora, por exemplo, na sua obra *O Essencial sobre a Linguística*, tentou fazer uma divulgação daquilo que se faz em linguística, mas teve a preocupação de combinar a escrita académica (o que se fazia em investigação) com um texto destinado ao público em geral. Foi uma excelente forma de explicar às pessoas o que fazemos como linguistas, mas, mesmo assim, acho que está tão enraizado na nossa cultura e na nossa

mentalidade que a linguística serve para dizer quem é que fala bem, quem é que não fala bem e de onde é que as palavras vêm, que é muito complicado.

Maria Helena Mateus: Eu acho que só se pode mesmo incentivar as pessoas a estudarem e difundirem um certo tipo de conhecimento se acreditarem no que fazem e se isso lhes der prazer. A relação da produção linguística com os processos mentais, por exemplo, ou com o mecanismo cerebral, são áreas que estão por explorar e que, de certa forma, levam a atribuir maior respeito pelos estudos linguísticos, pois aí entramos numa área em que as pessoas “sabem que não sabem nada”. Os livros do Chomsky que lembram a afirmação de Descartes sobre a existência de uma “faculdade da linguagem” inata e universal foram uma coisa espantosa quando apareceram, mas agora há tanta coisa ainda a fazer – há todos os problemas de linguagem, como as afasias, as dificuldades de pronúncia ou o estudo da evolução da criança através da linguagem, entre outras áreas. O que acontece é que muitas vezes as pessoas consideram que é importante para elas próprias o saberem como se diz e onde se diz, ficam ocupadas com essas questões e não exploram outros aspetos.

Carlos: Em relação ao acordo ortográfico, há uma polémica enorme pelo país fora. Enquanto estudantes de linguística, sabemos que a primeira pergunta que as pessoas fazem é “Estás a favor?” “Estás contra?”. Há ainda quem, mesmo dentro do meio académico, diga que o AO falhou no objetivo de unificar a língua portuguesa e os países lusófonos. O que é que se poderia dizer a estas pessoas todas?

Maria Helena Mateus: A mim não me interessa absolutamente nada entrar nessa luta, em primeiro lugar porque a escrita é secundária em relação à fala (que é o que quero estudar), em segundo lugar, porque a ortografia tem uma forte componente convencional. Eu já passei por três acordos. Quando era pequena, todas as palavras com o sufixo *-mente*, derivadas de uma palavra que tivesse um diacrítico a indicar a vogal acentuada (o chamado “acento agudo”), precisavam igualmente de um diacrítico, mas diferente (o chamado “acento grave”). O não escrever o diacrítico implicava errar, e os erros de ortografia sempre tiveram influência nas notas. Em segundo lugar, quando aprendi a escrever, *mãe* e *quase* terminavam em *-i*, e sem nenhuma explicação fui informada que essas palavras passavam a terminar em *-e*. Para mim era apenas uma convenção, agora as pessoas acham que não é uma convenção. As pessoas têm dificuldade em aceitar a alteração daquilo que aprenderam em determinada ocasião, mas essa dificuldade aparece em tudo, não é só na escrita. O Professor Lindley Cintra já defendia, no seu tempo, a supressão das consoantes mudas e dizia que realmente não eram necessárias. Os erros têm que ver

fundamentalmente com a memória, com o treino que se adquire na escola e com o respeito que se pode ter pela professora. Não se deixem desmoralizar! Toda a gente fala e pode falar sobre o acordo ortográfico. Eu fiz o meu estágio num liceu que incluía, no segundo ano, uma palestra para a qual eu escolhi como tema a ortografia. E então o que fiz? Enviei uns textos para todos os liceus de Portugal (Continente), mais precisamente para os professores do primeiro, do terceiro e do quinto anos. Entretanto, tinha feito uma pesquisa que classificava os erros de ortografia da seguinte maneira: erros gramaticais, erros de uso e erros de fonética. Esses textos que enviei para os liceus apresentavam a possibilidade de ocorrência de todos aqueles erros. Os professores deveriam ditar o texto e fazer a correção de acordo com os critérios que eu tinha enviado. Em seguida, verificavam as percentagens de cada erro. Esta história tem a ver com o acordo ortográfico, pois, se as pessoas tivessem feito uma pesquisa sobre a percentagem de erros que as crianças fazem, já podiam dizer, por exemplo, que as consoantes mudas não são necessárias, e aí tinham uma justificação linguística e não só política. No meu artigo “Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa”, cheguei à conclusão de que a natureza da ortografia é fonológica, o que quer dizer, por exemplo, que o grafema /o/ pode representar diferentes sons. A vossa luta deve ser feita em todos os aspetos que se prendam com a língua que falam, mas não percam muito tempo a justificar o que muitas vezes não precisa de justificação. Até porque, ao contrário de outras áreas, para trabalhar com a língua não precisamos de muito dinheiro. Todas as ciências humanas têm este aspeto que é estarem as pessoas em interação umas com as outras, independentemente do conhecimento acumulado. Portanto, tudo o que está ligado às pessoas vai ter toda a gente a falar. E quanto à linguística, são vocês que têm de a tornar conhecida e de lhe concederem um alto estatuto – é uma ciência como as outras!